

ENEGRECER: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CORPOREIDADE NAS JUVENTUDES NEGRAS¹

Caroline de Paula Martins Leopoldo²

Margareth Moreira Campos³

RESUMO: O presente artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, que, através da revisão sistemática, busca compreender o processo de construção da corporeidade nas juventudes negras. Para tanto, as juventudes são pensadas como construções sociais, nas quais se evidencia um mosaico de experiências. Considerando essa pluralidade, faz-se necessário elencar e compreender a realidade social na qual as juventudes negras estão inseridas. O corpo é pensado para além da materialidade, ressaltando as significações sociais construídas sobre os mesmos, pois, é nesse processo que notamos uma diferenciação em como os corpos e os sujeitos negros são tratados. Na realidade brasileira, há um extenso histórico de discriminação sobre essa população, que perdura, até os dias atuais, sob novos contornos. Nesse sentido, é preciso compreender como esses/as jovens negros/as significam seus corpos. O artigo demonstra que os/as jovens constroem a sua corporeidade, em um processo dialético, entre a presença do racismo e as formas de resistência a ele. Essas corporeidades são articuladas nos espaços que esses sujeitos circulam e, deste modo, apresenta-se como as instituições escolares podem contribuir para o fortalecimento de uma identidade negra positiva.

Palavras-chave: Corporeidade. Corporeidade negra. Juventudes negras.

ENEGRECER: AN ANALYSIS ABOUT THE CORPOREITY CONSTRUCTION IN THE BLACK YOUTH

ABSTRACT:

The article involves a qualitative and exploratory research that through of the systematic review looking for to understand the process of the corporeity construction in the black youth. For then, the youth was thought as social construction, which it founds a mosaic of experiences. Considering this diversity, it is necessary to focus and understand the social reality, which the black youth is located. The body considered beyond of matter, emphasizing the social meanings constructed about itself, because this process that noted a difference in how the black bodies and people are recognized. In the Brazilian reality, there is a long historical of discrimination about this population that continues in nowadays above new outlines. In this way, it is necessary understanding how these black young mean their bodies. The article

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF) na Linha de Pesquisa Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas. Recebido em 29/10/19 e aprovado, após reformulações, em 29/11/19.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF). carolldepaula@outlook.com.

³ Graduada em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF), especialista em educação pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF) e docente do Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF). E-mail: margarethmoreira@cesjf.br.

shows that the young constructed their corporeity in dialectic process, between the presence of the racism and the resistance forms about it. These corporeity are articulated in the spaces that the people circulate, that way is showed how the school institutions can contribute for fortify of a black positive identity.

Keywords: Corporeity. Black corporeity. Black Youth

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória que, através da revisão sistemática, busca compreender o processo de construção da corporeidade nas juventudes negras, em uma sociedade marcada pelo racismo, com um histórico de escravização e de colonização dos povos negros africanos, bem como seus descendentes, no qual foram criadas hierarquizações entre seres humanos, sendo a população negra classificada como inferior à população branca (MUNANGA, 2015). Neste contexto, torna-se necessário compreender como tais jovens expressam e significam sua negritude.

A motivação pela temática decorre do meu processo de construção como mulher negra, considerando que este processo nunca foi algo fácil, principalmente, durante a minha adolescência. Neste período, eu tentava construir a minha identidade, baseada em uma realidade muito distante da minha, principalmente pela ausência de referências de negros/as na TV, na arte, na cultura, na mídia em geral, na escola, entre outras.

A Psicologia possui uma tradição elitista e uma postura de neutralidade que, de uma determinada maneira, impedia a compreensão da realidade social, na qual seu objeto de estudo se encontrava (BOCK, 2002). Este trabalho procura romper com tais tradições, principalmente, por se tratar de uma população que é marginalizada, sujeita a inúmeras vulnerabilidades, e por promover uma reflexão crítica sobre as marcas do racismo na sociedade brasileira. O trabalho é caracterizado como uma forma de resistência, frente ao caráter emblemático do atual contexto político, que intensifica e legitima as violências sofridas pelas pessoas negras.

O trabalho se divide em três partes, a primeira é referente a construção sócio histórica das juventudes, dando ênfase a(s) juventude(s) negra(s), com a finalidade de compreender a realidade em que se encontram inseridas; o tópico seguinte discute a construção da corporeidade negra nessas juventudes, com o objetivo de perceber as lógicas existentes nesse processo de significar o corpo e suas práticas; e, por fim,

pretende-se discutir a contribuição (ou não) das instituições escolares no processo de ressignificação das identidades negras.

2 JUVENTUDES: DE QUEM ESTAMOS FALANDO?

A definição de juventude e os diferentes conceitos sobre esse grupo estão ligados a como cada sociedade, em um contexto histórico e social, lhe atribui significados (BRASIL, 2011). Desta forma, a concepção da juventude vem sendo representada sob uma ótica naturalista e universal, levando em consideração um único tipo de sujeito, o homem branco, burguês, racional e ocidental (BOCK, 2007).

Nesse processo de significação da juventude são definidos comportamentos típicos, compreendidos como naturais, que se aplicam da mesma maneira a todos/as os/as jovens (GONÇALVES, 2003). As representações sociais sobre a juventude associam-na às situações de vulnerabilidade, ao risco, à drogadição, à violência, ao sexo e à impulsividade, ou seja, pessoas que ameaçam a ordem social.

Contrapondo a essa lógica natural e universal, Bock (2007) aponta que a concepção da juventude deve ser entendida como uma construção social, existindo em condições históricas e culturais distintas. Deste modo, torna-se mais adequado pensarmos em juventudes, denotando que este segmento, embora compartilhe certas experiências comuns, apresenta uma pluralidade de expressões nas diversas categorias de pertencimento: raça, gênero, classe social, orientação sexual, trajetórias familiares, entre outros.

O presente artigo utiliza a delimitação de juventudes entre 15 a 29 anos, contida no Conselho Nacional da juventude (CONJUVE), que apresenta subdivisões nas seguintes categorias: jovem-adolescente (15 a 17 anos), jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos). Porém, o CONJUVE ressalta que a delimitação da faixa etária é um parâmetro referencial, uma vez que essa não é engessada, por exemplo, para aqueles sujeitos em que a infância lhes é negada, a juventude se inicia mais cedo e, em contrapartida, com o aumento da expectativa de vida e as transformações no ramo de trabalho, a juventude pode vir a alongar-se.

De acordo com o Censo de 2010, a população jovem ultrapassa a marca de 50 milhões, os dados mostram que: 20% são jovens de 15 a 17 anos, 47% jovens de 18 a 24 anos e 33% jovens de 25 a 29 anos. Na categoria de gênero a composição de jovens totaliza 50,4 % de mulheres e 49,6% de homens. No que se refere a raça 45%

se declaram da cor parda, 15% da cor preta e 34% da cor branca, deste modo 60% dessa população é classificada como negra. Na categoria território os/as jovens residentes em áreas urbanas contabilizam em torno de 41,21 milhões e os/as jovens rurais somam 8,5 milhões. (BRASIL, 2013).

Diante da quantidade expressiva e do “mosaico de vivências” desse grupo, vinham sendo elaboradas políticas públicas direcionadas às juventudes. Em um primeiro momento na nossa história, tais políticas eram pensadas com o objetivo de orientar a constituição desses jovens e minimizar as condições de risco. Nos últimos anos, essas estratégias foram desenvolvidas junto as/os jovens, para assegurar a proteção social e a promoção de oportunidades, compreendendo as/os jovens como sujeitos de direitos (AQUINO, 2009).

Para que as políticas públicas sejam efetivas e inclusivas, devem ser considerados três aspectos: a construção de uma “rede durável de relações”, promovendo recursos nas várias áreas da vida social; a valorização da diversidade e individualidade dessas juventudes; e assegurar a participação juvenil, potencializando a construção de vínculos entre esses jovens (BRASIL, 2014). Cabe ressaltar que as ações desenvolvidas pelo Estado, tornaram-se relevantes pelo resgate da autonomia dos jovens, enfatizando o “potencial renovador” desses, uma vez que, essas ações só ganharam tanta força com os grupos e organizações juvenis inseridos nas diversas áreas, por tornarem visíveis as suas demandas específicas (BRASIL, 2011). Nesse contexto, como compreender a juventude negra? Quais são seus desafios?

2.1 JUVENTUDE (S) NEGRA (S): TODAS AS VIDAS IMPORTAM

As juventudes negras apresentam o maior contingente populacional jovem (somando 60%), devido a essa expressividade, tal população demanda um olhar específico. O racismo engendra a exclusão social desses/as jovens, de modo que os/as mesmos/as vivem conflitos particulares que restringem o seu acesso a oportunidades e o desenvolvimento das suas capacidades (MATIJASCIC; SILVA, 2015).

As juventudes negras têm sido as mais afetadas e prejudicadas nos diversos campos sociais, podemos notar algumas das desigualdades raciais, através das seguintes categorias: no mapa da violência de 2016, os dados demonstram que os jovens representam a categoria mais atingida e dentre eles há uma nítida diferença

racial, em que os homicídios com vítimas brancas contabilizam 9.766 HAF⁴ (por mil), enquanto o da juventude negra soma 29.813 HAF; no âmbito da educação, evidencia-se que o número de jovens negros/as analfabetos/as se mostra duas vezes maior do que a de jovens brancos(as); no ensino superior, a desigualdade se revela ainda maior, demonstrando que a faixa etária compreendida entre 18 a 24 anos, referente a taxa líquida de frequências para brancos representa 19,8%, e em contrapartida para os negros é de 6,9%.

Com a demonstração dos dados, é visível que a conjuntura social de jovens negros/as é marcada por uma intensa violência e discriminação racial, que afeta significativamente as trajetórias dessas juventudes. Em decorrência desse cenário complexo, é necessário um fortalecimento das políticas públicas a essa população, uma vez que, elas ainda são incipientes e para romper com a ideia naturalizante da exclusão social (SILVA et al, 2009).

Diante de desigualdades raciais tão complexas e específicas, se questiona como os/as jovens negros/as veem e sentem os seus corpos e do seu grupo social nas suas experiências cotidianas.

3 CORPO E CORPOREIDADE: PROCESSOS EM CONSTRUÇÃO

Silva (2015) compreende o corpo a partir da síntese das dimensões biológica e social, a primeira permite a materialização da nossa existência no mundo, sendo por essa via que manifestamos nossas ações, sentimentos e desejos, a segunda enfatiza a construção social desses corpos, expressando que cada sociedade, em um contexto sócio-histórico, constrói significados sobre os mesmos, definindo padrões estéticos e comportamentos. Desta maneira, pode-se notar que o corpo é algo em processo, e está sendo reconstruído pelo sujeito em cooperação com o seu contexto cultural, sendo que esse último está sujeito a modificações (SOUZA, 2009).

O corpo permite a diferenciação eu/outro, uma vez que, ele é nossa ligação com o mundo, pois, é a partir dele que podemos existir, ser vistos e produzir internalizações sobre as percepções de nós mesmos e dos outros, bem como de outras situações e fatos que nos cercam (SILVA, 2014).

Silva (2015) ainda aponta que o corpo se caracteriza como um instrumento de

⁴ Homicídios por arma de fogo (WASELFISZ, 2016).

controle psicossocial das pessoas, o que pode ser observado através da cultura e da educação, instaurando determinados padrões e regras com a finalidade de se atingir o “bem-estar social”. Nesse sentido, Gomes (2003) ressalta que há no sujeito forças que corroboram para esse poder disciplinar sobre os corpos e forças que vão de encontro a esse mecanismo de controle. Desta forma, o corpo é utilizado como uma forma de manifestação daquilo que a sociedade almeja ser ou daquilo que ela nega.

Partindo da construção social do corpo, Munanga (2017), o caracteriza como arte, um veículo de expressão das distintas culturas. Na relação com a cultura, os corpos incorporam as regras da sociedade e as manifestam através das práticas corporais, representadas por “[...] atividades realizadas a partir do corpo que acabam por comunicar mensagens ou transmitir informações, conhecimentos ou memórias” (CONNERTON, 1999, apud SOUZA, p. 37, 2009). Daolio (2000) ressalta que, além de entender a diversidade de culturas inscritas nos corpos, é imprescindível compreender as lógicas de uma determinada sociedade sobre os símbolos culturais presentes nos mesmos.

Em relação a construção dessas lógicas, Gomes (2011) demarca a distinção na maneira em que os sujeitos e seus corpos são notados e tratados, reafirmando uma hierarquia social que constrói uma lógica de existência/não existência dos sujeitos. A não existência se origina no reconhecimento da diferença do outro, em que o outro passa a ser estigmatizado, o que contribui para a noção de regulação do corpo, legitimando assim a violência do racismo sobre a corporeidade negra.

Considerando a presença dessas lógicas sobre os corpos, torna-se relevante discutir como o corpo negro vem sendo significado na realidade brasileira. Na história brasileira, os corpos negros têm sido interpretados sob o olhar da branquitude, o colonizador branco instituiu esses outros como diferentes, construindo uma hierarquia que o classificava como superior frente a outros grupos. Desta forma, foram construídos estereótipos que desqualificavam a população negra, atribuindo-lhe características como a animalização, inferioridade intelectual, sexualização sobre o corpo, e outras tantas expressões que carregam esse estigma social (SILVA, 2004).

Carone (2014) compreende que a questão racial no cenário brasileiro do século XIX foi marcada pela presença de teorias e práticas pró-embranquecimento e pela ambiguidade da miscigenação, esta última, ora vista como uma condição favorável a construção da identidade nacional, visando a integração das três raças, ora compreendida como um fator ameaçador frente ao crescimento da população negra.

Em meio a esse cenário, constrói-se a concepção da falácia da democracia racial que se baseia na suposta igualdade entre as raças e que tornou invisível todo o contexto de desigualdade, assim como o preconceito racial (SCHWARCZ, 1999).

Para Carone e Bento (2014), nos dias atuais, o racismo assume novas configurações,

Não é posto nem dito, mas pressuposto nas representações que exaltam a individualidade e a neutralidade racial do branco – a branquitude – reduzindo o negro a uma coletividade racializada pela intensificação artificial da visibilidade da cor e de traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais. As consequências são inevitáveis: a neutralidade de cor/raça protege o indivíduo branco do preconceito e da discriminação raciais na mesma medida em que a visibilidade aumentada do negro o torna alvo preferencial de descargas e frustrações pela vida social (CARONE; BENTO, 2014, p. 23).

Moore (2007) aponta que no século XXI, o racismo sobre os corpos negros se mostra muito mais complexo por perpassar as instâncias políticas, econômicas e sociais e por envolver a manutenção de privilégios de um grupo sobre o outro. Segundo o autor, de um lado, temos a população branca que detém o poder total sobre as vantagens e oportunidades e do outro, a população negra que é constantemente alijada de reconhecimento, visibilidade e, conseqüentemente, marginalizada.

Silva (2015) ainda aponta que o corpo age como um mecanismo de reconhecimento da identidade social, no qual notamos que as linguagens corporais⁵ são signos de uma identidade social, por serem simbólicas para o grupo que compartilha dessa linguagem. Partindo da compreensão que o ser humano é um ser histórico e social, pensar em identidade implica em reconhecer que estas não são estáveis, são transitórias, e constituem-se na relação e em diálogo com a cultura. O sujeito constrói o seu modo de ser em contato com o outro (GOMES, 2005). Esse processo está presente tanto na constituição da identidade pessoal quanto na social.

A identidade social é compreendida como o reconhecimento de uma identidade, que consolida um estado de afirmação e pertencimento a um grupo social. Desta maneira, constrói-se uma visão sobre determinado grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a esse grupo, assim como o olhar de seus membros sobre si (GOMES, 2005). Nesse sentido, a identidade contribui também para o fortalecimento

⁵ Em que essas são representados por gestos, atitudes corporais e características que distingue um corpo dos demais (SILVA, 2015).

das referências culturais dos grupos sociais, no qual se nota uma lógica dicotômica de semelhança-diferença, pois, é a partir da busca de identificação de um grupo que se destaca a diferença em relação ao outro. Sendo assim, a população negra é símbolo de alteridade para a constituição da nossa sociedade, na qual a identidade branca é construída em oposição à identidade negra, sendo a última representada de forma estigmatizada (GOMES, 2003).

Considerando que o racismo hierarquiza a população negra constrói estereótipos e ressignifica todos os seus símbolos culturais, em uma perspectiva negativa, marcando significativamente a vida desta população, de modo que o racismo atua sobre a concepção que o sujeito possui de si e sobre o seu grupo. Silva (2014) critica que as imagens divulgadas pela mídia não condizem com a realidade dessa população, dificultando ainda mais seu processo de identificação. Dessa maneira, é relevante pensar em como os/as jovens negros/as constituem sua corporeidade e o que expressam através dos seus corpos.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA CORPOREIDADE NEGRA: OS DESAFIOS DE EXISTIR

A corporeidade é entendida dentro da dialética ser/estar, uma vez que, essa remete ao corpo em movimento, que concretiza a materialidade do corpo e permite que os sujeitos vivenciem suas experiências. A corporeidade ressalta o agir no mundo, demonstrando que é uma relação construída com outros corpos e o mundo que os cerca (SILVA, 2015).

Gomes (2011) menciona que a corporeidade está ligada a expressão cultural, o que potencializa a manifestação de diversas práticas corporais que contém uma rede de significações. Deste modo, a corporeidade constrói linguagens próprias, que permitem comunicar a sua existência no mundo, bem como suas urgências (SAMPAIO, 2015).

Souza (2009) compreende a corporeidade na relação com o espaço, ele a define como a experiência íntima do indivíduo, que é constituída na medida em que os corpos ocupam espaços e traçam trajetórias espaciais ao longo das suas histórias. Segundo o autor, é a partir da corporeidade que o sujeito reconhece o seu corpo junto aos outros.

As representações sociais sobre os/as negros/as são intermediadas pela lógica dominante, sob o olhar branco que os/as colocam na condição de inferiores, retirando toda a potência desses sujeitos como ativos (GOMES, 2011). Contraopondo a essa lógica dominante, é necessário por em evidência o movimento de resistência que os

sujeitos negros realizam, no qual passam ressignificar suas trajetórias e símbolos, a fim de construir caminhos alternativos aos discursos racistas (SILVA, 2015).

A trajetória de resistência da população negra é percebida desde o período colonial, no qual os comportamentos, os valores, as vestimentas, o lidar com a estética desses sujeitos representavam uma ruptura frente a hegemonia racial branca. Um exemplo, são as significações em torno do cabelo pelos africanos e seus descendentes, que resgatavam sua identidade, sua espiritualidade e seus valores; pois, quando foram trazidos à força para o Novo Mundo recriaram formas de manipulações do cabelo, que valorizavam, em alguma medida, sua ancestralidade (GOMES, 2017). No tocante à valorização da cultura negra, o Movimento Negro assume grande importância para esse grupo, uma vez que um dos seus objetivos é ressaltar a identidade negra positiva.

Carneiro (2017) aponta que o movimento não é homogêneo, dividindo-se em três fases: a primeira fase (1900-1937) foi caracterizada por um antirracismo assimilacionista, que produziu novas lógicas, rompendo com os ideais da escravidão e reproduziu os valores exaltados pelos brancos, sustentados por um discurso nacionalista; a segunda fase (1945-1964) trouxe o movimento de consciência sobre o que é ser negro e a aproximação em torno das raízes africanas, é importante citar o papel do Teatro Experimental do Negro, fundado por Abdias Nascimento, responsável por trazer a discussão envolvendo a negritude; a terceira fase (1978-2000) discute o processo de conscientização sobre a negritude, ressaltando aspectos como a cultura, o corpo e a estética africana, bem como as opressões consolidadas pelo racismo. Nessa fase, nota-se a importância de movimentos externos para o delineamento da mesma, por exemplo, o Black Power, movimento norte-americano que foi criado na década de 60, enaltecendo a valorização do cabelo natural (estilo black) e o rastafarianismo na década de 70, que vem para contrapor os estereótipos sobre os/as negros/as e popularizar o reggae music (COUTINHO, 2011).

Para a (re)construção da(s) identidade negra(s), deve-se ressaltar a importância dos aportes identitários pelo valor social que esse grupo constrói sobre esses elementos, tendo em vista que funcionam como símbolos de identificação e de recuperação da ancestralidade africana. No que se refere aos aportes identitários, Gomes (2017) aponta que o corpo e o cabelo crespo ganham notório destaque nesse processo, por serem elementos eleitos pela sociedade para a classificação racial. Devido aos sentidos atribuídos a esses símbolos, a autora compreende que eles

devem ser pensados como signos, pois assumem significados para além daquilo que está posto.

Gomes (2017) aponta que esses elementos identitários também são relevantes para compreensão da dinâmica racial brasileira, pois, quando o cabelo crespo é considerado como “ruim” e o cabelo liso “bom”, percebe-se que tais símbolos identitários evidenciam uma relação conflituosa, denunciando o racismo e a discriminação racial existente. É a partir dessa zona de tensão que se constrói o padrão de beleza estético corporal ideal (branco) e real (negro), em que os/as negros/as podem desenvolver diferentes estratégias para lidar com tal conflito, como a introjeção de tais significações racistas sobre seu corpo ou a realização de modificações corporais a fim de sair da condição de inferioridade ou de um movimento de autonomia sob uma perspectiva libertadora.

Deste modo, Gomes (2017) assevera que as manipulações realizadas em torno do corpo negro e do cabelo, como o uso do cabelo crespo, a utilização de tranças ou dreadlocks, a realização de procedimentos alisantes, entre outros, demonstram que para a população negra estas práticas extrapolam o significado de uma simples mudança estética, por englobarem o aspecto identitário da relação conflituosa frente a rejeição/aceitação da negritude.

Consolidando esse movimento de resistência, nas décadas de 70 e 80, a população negra constrói o termo “beleza negra”, a fim de valorizar um padrão estético visto com maus olhos pela sociedade racista. Diante dessa expressão, faz-se necessário discutir que o conceito de beleza é entendido como uma categoria estética, por retratar o modo de experiência dos sujeitos diante algo externo, ao percebê-lo como belo. A autora aponta que a beleza possui um valor de aproximação e afirmação de um grupo social perante ao outro, por atuar de maneira inclusiva ao englobar uma diversidade cultural. Porém, essa é uma linha tênue, que ultrapassa a esfera da diferenciação entre os grupos e atinge a hierarquização, classificando-se o outro sob o aspecto beleza-feiura, superior-inferior, evidenciam-se práticas discriminatórias que permeiam a lógica da exclusão, como no caso do racismo (GOMES, 2011).

No processo de fortalecimento da identidade negra positiva, os espaços que os sujeitos negros convivem têm uma importância significativa, pois estes espaços podem conter lógicas que permitam, ou não, a desconstrução da visão pejorativa sobre esta população (GOMES, 2017). Com a finalidade de denotar a importância desse processo, é pertinente citar a visibilidade e a força da “geração tombamento”.

Santos e D'Ávila (2018) apontam que a expressão “tombamento” revela a presença da juventude negra e uma postura de enfretamento ao racismo. As autoras comentam que esse tombamento apresenta um caráter ético-estético, que busca valorizar a estética negra utilizando de dispositivos como a música, a arte e a moda. Através da mobilização nas redes sociais, nas marchas e dos coletivos, eles/as constroem uma outra visão dos/as negros/as nos distintos espaços circundantes.

Espaços como esses são relevantes por produzirem uma rede de significações em torno da população negra, permitindo que os sujeitos se apropriem e ressignifiquem sua corporeidade, de modo que consigam reconstruir a imagem que possuem de si e do seu grupo (SILVA, 2015). Gomes (2003) considera que a valorização da cultura negra, através dos projetos de recriações estéticas da afrocentridade, decorre de influências para além da contribuição da diáspora negra, englobando os aspectos históricos, econômicos, referentes às condições sociais desses sujeitos e às mudanças no ramo da moda.

A idealização do padrão estético branco gera profundas marcas nas pessoas negras, que podem apresentar uma constante insatisfação com sua imagem, devido aos sinais diacríticos que identificam seu grupo social, assim como o sentimento de rejeição, quadro que contribui para uma baixa na autoestima (GOMES, 2002). Em contrapartida, a valorização do corpo negro, bem como suas práticas, representa uma ruptura, ao se mostrar como resistência perante à hegemonia racial branca (SILVA, 2015).

4 ESCOLA COMO POTÊNCIA TRANSFORMADORA

Pensando em como os espaços podem contribuir para a ressignificação da corporeidade negra, evidencia-se a importância das instituições escolares nesse processo. De acordo com Gomes (2002), a escola é produtora de saberes que se articulam nas seguintes áreas: a educativa, a social e a cultural. Desse modo, a escola ultrapassa a esfera do saber formal, englobando o compartilhamento de vivências, crenças, comportamentos, inclusive os mais variados tipos de preconceitos.

Retomando brevemente a discussão sobre identidade e considerando que ela é construída em uma relação dialógica, entre os sujeitos e os espaços em que circulam - sejam eles privados ou públicos - a escola, enquanto espaço público, exerce um papel de suma importância no processo da construção das identidades sociais

(GOMES, 2002).

As instituições escolares, principalmente as de base, apresentam um caráter disciplinar que consolida uma esfera normativa na forma como se constrói o currículo, os conhecimentos, os comportamentos e a estética. Partindo desse ponto, é imprescindível indagar sobre como tais instituições significam o(s) corpo(s) negro(s), se elas se atentam para as expressões das corporeidades e se contribuem, ou não, para a construção de uma identidade negra positiva (GOMES, 2002).

Para pensar o campo educativo como transformador nas relações étnico-raciais, foi realizado um resgate das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação com enfoque nesta temática. Nesse sentido, observa-se que, no campo da educação, as ações afirmativas, desenvolvidas pelo Estado nos últimos anos, apresentaram-se como políticas de reparação, de reconhecimento e de valorização da cultura afro-brasileira. As conquistas institucionais referentes ao reconhecimento, valorização e afirmação de direitos vieram com a promulgação da Lei.10.639/2003, instituindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas; a promulgação da Resolução pelo Conselho Nacional de Educação em 2004, que propôs as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras; a inclusão no calendário escolar do dia 20 como “Dia Nacional da Consciência Negra”(CAVALLEIRO, 2006).

A autora comenta que o desenvolvimento das ações afirmativas conta com a forte contribuição do Movimento Negro, que, em seu percurso, trazia a educação como um pilar para tornar visível as demandas desse grupo e como forma de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais.

Cavalleiro (2006) aponta que a antiga Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), extinta em 2019, ao construir as diretrizes nacionais curriculares para a educação nas relações étnico-raciais, reafirmou o compromisso de valorização da diversidade racial, considerando a educação como uma potência transformadora na promoção da cidadania e do apoio às populações que se encontram em situações de vulnerabilidade social. Segundo Gomes (2003), trabalhar com as questões raciais nos espaços escolares reafirma um posicionamento que vai de encontro à naturalização dessas questões, resgatando, dessa maneira, um processo histórico, social e político. Este posicionamento também se mostrava desafiador por proporcionar uma ruptura com racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Para que as políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, que trabalham as questões étnico-raciais funcionem é necessário a estruturação de uma rede para que os atores envolvidos no processo se sintam valorizados e apoiados; uma reeducação das relações étnico-raciais e, por fim, um movimento de articulação entre os diversos setores da sociedade, tendo em vista que as mudanças culturais, éticas, pedagógicas e políticas ultrapassam a esfera das instituições escolares (BRASIL, 2006).

A tarefa do educador nesse processo se torna complexa, uma vez que ele necessita compreender a construção da hierarquização entre os povos, assim como seus significados sociais e o impacto desses fatores nas instituições de ensino e nos agentes nelas inseridos. Desta forma, é possível discutir e problematizar as relações étnico-raciais, trabalhar com a valorização da cultura negra e desconstruir a imagem estereotipada do/a negro/a, apresentando novos olhares sobre esse grupo, bem como suas práticas culturais (GOMES, 2003).

Gomes (2003) menciona que a cultura negra nas instituições escolares deve ser colocada em questão na sua relação com as outras, o que permite pensar as significações e ressignificações em torno dela, afastando a discussão de um aspecto folclórico ou de uma cristalização. A autora ressalta que trabalhar com a cultura negra nesses espaços, implica reconhecer a consciência cultural desse grupo, o que contribui para entender como esses jovens sentem a negritude nas suas vivências cotidianas. Gomes (2003) resgata o pensamento de Marcel Mauss, evidenciando que é através da educação que se aprende as técnicas corporais de cada cultura, pois, é nesse processo que os sujeitos trabalham seus corpos. Assim, o trabalho educativo pode enfatizar a riqueza da cultura negra presente no corpo e favorecer a sua compreensão como alegoria de beleza e não de inferioridade

As práticas pedagógicas que visam combater o racismo e as discriminações têm como objetivo estruturar uma reeducação das relações étnico-raciais para o fortalecimento da identidade da população negra e o despertar de uma conscientização da população não negra. A contribuição dessas ações nas relações dos sujeitos pode ser vista da seguinte forma,

Entre os negros poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulhar da sua origem africana, para os brancos poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação, e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as

negras. Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a a a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira (BRASIL, 2006, p.238).

Ainda que exista um cenário favorável, que trabalha a educação sob um viés antirracista, é inevitável ressaltar a presença do racismo e das discriminações raciais nas trajetórias escolares. Gomes (2002) aponta que na cultura interna escolar, seja nos livros didáticos, seja nos materiais expostos ao redor das instituições, nas relações entre os/as professores/as, esses com os/as alunos/as e dos/as alunos/as entre si, permanece um olhar sobre os/as negros/as sob um viés racista. Estas representações podem não aparecer explicitamente na condição racial, mas se manifestam através de um discurso normativo e higienista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, percebe-se que o corpo pensado como construção social se apresenta como um mecanismo de opressão e resistência. Sendo assim a corporeidade negra é significada em meio ao processo dialético da presença do racismo e as formas de resistência a ele, por isso se torna de demasiada importância que esses sujeitos circulem por espaços que apresentam lógicas capazes de romper com os estereótipos da identidade negra.

As juventudes negras vêm se tornando cada vez mais ativas no processo de resistência dos corpos negros, esses/as jovens têm desenvolvido reinvenções dessa afrocentricidade no seu cotidiano. Essa força mobilizadora pode se apresentar de forma mais organizada, como o Movimento Negro, ou de forma mais dinâmica, como se observa nas práticas da geração tombamento. Esses/as jovens através da sua visibilidade denunciam e repudiam qualquer ação racista, consolidando o caráter participativo dessas/as nos processos de resistências.

Ainda que as instituições escolares se mostrem como um espaço desafiador, elas também podem ser vistas como potência de transformação, a medida que o nosso ensino e suas práticas pedagógicas se voltem para uma educação antirracista. Percebe-se que o movimento de valorização da cultura negra contribui para um novo reconhecimento sobre a identidade desse grupo e sobre a percepção que os/as jovens têm de si.

Os estudos sobre as corporeidades negras contribuem não somente para denunciar o preconceito e a discriminação racial, ressaltando assim sua potencialidade frente a um cenário temeroso, mas para entender a relevância que o corpo possui na construção racial desses/as jovens. A ressignificação dos aportes identitários mostra um movimento de continuidade com cultura africana, que se conecta a todo um processo histórico, promovendo desta maneira um resgate da herança cultural africana, que é tão importante na constituição do nosso país. Ser e reconhecer-se como pessoa negra é um gesto emancipatório frente ao mundo opressor.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (orgs.). **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/60>. Acesso em: 5 set. 2019.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 11, n. 1, jan./jun., p. 63-76, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572007000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 19 ago. 2019.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 2. ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2002. p. 15-35.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares: adolescências, juventudes e participação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – pontos de partida para uma reflexão sobre políticas de juventude**. Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: https://issuu.com/secretariageralpr/docs/caderno_ej_web. Acesso em: 2 set. 2019.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes Limitada, 2017.

CARNEIRO, Gustavo Marchetti Corrêa. **Corporeidade, consumo e identidades políticas**: estratégias de empoderamento feminino negro realizadas pelo coletivo das pretas na cidade de Vitória/ES. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/7187/1/tese_11037_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Gustavo_Vers%C3%A3o_Final.pdf. Acesso em: 19 out. 2019.

CAVALLEIRO, Eliane. Valores civilizatórios: dimensões históricas para uma educação anti-racista. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e ações para a educação das relações étnicorraciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude et al (Org.) **Política nacional de juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/51>. Acesso em 30 ago. 2019.

COUTINHO, Cassi Ladi Reis. Estética Negra: o jornal como fonte de pesquisa. **Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local**, [S.l.], p. 1-15, 2011. Disponível em: <http://alb.org.br/arquivo-morto/anais-jornal/jornal4/comunicacoesPDF/31_esteticanegraCOUTINHO.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal, [S.l.], v. 10639, n. 3, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1>. Acesso em: 30 out. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 2, p. 37-60, 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/35>. Acesso em: 8 set. 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva: um estudo das produções dirigidas aos jovens. In: OZELLA, Sérgio (org). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003. p. 41-62.

MATIJASCIC, Milko; SILVA, Tatiana Dias. Jovens negros: panorama da situação social no Brasil segundo indicadores selecionados entre 1992 e 2012. In: SILVA,

Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa. **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/160513_livro_dimensoes.pdf. Acesso em: 29 set. 2019.

MOORE, Carlos. Racismo: passado conflituoso, presente comprometido, futuro incerto. In: **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 279-295.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autentica, 2015.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero e Religião—no espaço da Produção do conhecimento. In: STRÖHER, Marga Janete. et al. Corporeidade, etnia e masculinidade. **Reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: Sinodal. 2005. p. 47-70. Disponível em: http://dspace.est.edu.br:8000/xmlui/bitstream/handle/BR-SIFE/807/Corporeidade_Etnia_e%20_Masculinidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y#page=48. Acesso em: 6 set. 2019.

SANTOS, Edmea Oliveira dos; D'ÁVILA, Carina. Os selfies e o corpo tombamento: reflexões a partir de uma autoimagem sonora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 1, p. 75-99, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e53039>. Acesso em: 5 out.2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial e etnicidade. In: **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, São Paulo: Sumaré, v.1, p. 267-325,1999. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj2nsqZnv7kAhVMDrkGHQwRA2YQFjABegQIABAC&url=http%3A%2F%2Fano.cs.org%2Findex.php%2Fo-que-ler-1970-1995%2Fvolume-i-antropologia%2F634-questao-racial-etnicidade%2Ffile&usg=AOvVaw1fNwXuNXLbFUSiTqAoOecZ>. Acesso em: 6 out. 2019.

SILVA, Joyce Gonçalves da. **Corporeidade negra enquanto discurso: corpo e cabelo como signos de identidade**. Rio de Janeiro, p. 1-12, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joyce_Goncalves_Restier_Da_Costa_Souza/publication/322536975_Corporeidade_Negra_enquanto_discurso_Corpo_e_cabelo_como_signos_de_identidade/links/5a5e9bf6aca272d4a3dfc8a8/Corporeidade-Negra-enquanto-discurso-Corpo-e-cabelo-como-signos-de-identidade.pdf. Acesso em: 29 set. 2019.

SILVA, Joyce Gonçalves da. Corporeidade e identidade, o corpo negro como espaço de significação. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES**, 3., 2014, Salvador. p. 263-275. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joyce_Goncalves_Restier_Da_Costa_Souza/publication/322531117_CORPOREIDADE_E_IDENTIDADE_O_CORPO_NEGRO_CO

MO_ESPACO_DE_SIGNIFICACAO/links/5a5e9424a6fdcc68fa992d1b/CORPOREIDADE-E-IDENTIDADE-O-CORPO-NEGRO-COMO-ESPACO-DE-SIGNIFICACAO.pdf. Acesso em: 30 set. 2019

SILVA, Adailton da. et. al. Juventude negra e educação superior. CASTRO, Jorge Abraão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (orgs.). **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/60>. Acesso em: 19 ago. 2019.

SILVA, Vera Lúcia Neri da. As interações sociais e a formação da identidade da criança negra. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 27^a., Anais da ANPED, Caxambu, 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/t079.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019

SOUZA, Patricio Pereira Alves de. Ensaaiando a corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade. **Geografares**, Vitória, n. 7, p. 35-50, 2009. Disponível em: <http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/geografares/article/viewFile/149/75>. Acesso em: 19 ago. 2019.